

Autoridades apontam avanços e correções de rumo no Judiciário e MP

O Judiciário deve servir como moderador dos conflitos entre o Executivo e o Legislativo, e não assumir o protagonismo da política. Já o Ministério Público precisa frear seu impulso punitivista e respeitar as instâncias de comando da instituição.



Voz da Experiência
STF: Presente, Passado e Futuro.

Abertura:
Luiz Fux, Presidente do STF

Palestrantes:
Ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli,
Ellen Gracie, Cezar Peluso.

Convidado especial:
Augusto Aras

Curadoria:
Pierpaolo Bottini

 **ConJur**

Realização
 Consultor Jurídico
conjur.com.br

Sexta - Feira
16/10 às 10h
AO VIVO

ConJur

Essa é a opinião de especialistas no seminário virtual *STF: Presente, passado e futuro*, transmitido pela **TV ConJur** nesta sexta-feira (16/10). Participaram da discussão o ex-ministro do Supremo, da Justiça e da Defesa, **Nelson Jobim**; o atual presidente da corte, ministro **Luiz Fux**; o ministro **Gilmar Mendes**; o ministro aposentado **Cezar Peluso**; e o procurador-geral da República, **Augusto Aras**. A mediação foi feita pelo criminalista **Pierpaolo Bottini**.

Na abertura do evento, Luiz Fux, [afirmou](#) que a corte fará mais julgamentos colegiados, diminuindo o volume de decisões monocráticas. "O Supremo do futuro é o supremo que sobreviverá realizando apenas sessões plenárias. Será uma corte em que sua voz será unívoca. Em breve nós desmonocratizaremos o STF, [para] que as suas decisões sejam sempre colegiadas, em uma voz uníssona, daquilo que a corte entende sobre as razões e os valores constitucionais", disse Fux.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, [disse](#) que, embora o protagonismo político seja necessário em certos casos, o papel principal do Judiciário e, especialmente, do STF, deve ser o de agir



como poder moderador dos conflitos entre Executivo e Legislativo.

Nessa mesma linha, Gilmar Mendes [apontou](#) que a política precisa retomar seu protagonismo, buscando menos o poder decisório do Judiciário. "No Brasil desse momento vivemos a judicialização de maneira muito enfática, isso falando do plano das ações diretas, que dão aos partidos uma arma de grande alcance. Do nosso lado, temos que fazer alguma moderação, às vezes não recebendo a ação ou fazendo uma modulação de efeitos", disse o ministro.

Cezar Peluso [ressaltou](#) que não cabe ao Supremo "fazer uma fiscalização da vida política", afastando parlamentares ou impedindo a nomeação de ministros. A seu ver, essa atuação compromete as funções essenciais do STF e enfraquece as instâncias políticas.

Em resposta a essa afirmação do ex-presidente do STF, a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), **Renata Gil**, afirmou à **ConJur** que "o mundo político fala em ativismo do STF, mas o que há é um extremo demandismo. O Judiciário tem sido a única e urgente resposta para o equilíbrio institucional que a sociedade busca no Brasil".

Freios ao MP

Augusto Aras também [afirmou](#) que o Ministério Público deve aprender a atuar sem criminalizar a política. "Onde não se faz política, se faz guerra. Não desejamos isso. E onde se criminaliza a política, se produz um discurso de intolerância, que gera desarmonia e a quebra da paz social."

Gilmar Mendes disse que o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região devem [apurar](#) a revelação de que procuradores da República do Paraná [atuaram nos bastidores](#) para que um juiz aliado sucedesse Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Segundo o site *The Intercept Brasil*, as articulações, encabeçadas por Deltan Dallagnol, então coordenador da "lava jato" no Paraná, começaram pouco depois de Moro anunciar que assumiria o Ministério da Justiça.

"Os procuradores da 'lava jato' estavam escolhendo o juiz da 13ª Vara, que substituiria Moro, dialogando com o TRF-4. É um caso altamente constrangedor e até agora o STJ, o CJF, o CNJ e o TRF não falaram nada. Quer dizer, eles [a "lava jato"] se tornaram um grande poder em relação ao próprio procurador-geral. Se o Augusto Aras não enfrentar essa questão das forças-tarefas, elas acabam com ele", disse Gilmar.

O ministro também [defendeu](#) que o procurador-geral da República possa ser livremente escolhido pelo presidente, independentemente de ser integrante do Ministério Público.

Transparência e colegialidade

Além disso, Gilmar [opinou](#) que o retorno dos julgamentos de ações penais contra réus com foro por prerrogativa de função ao Plenário do Supremo Tribunal Federal é uma medida positiva, que trará mais transparência às decisões. Contudo, tende a aumentar a duração dos processos.



Por sua vez, Cezar Peluso defendeu a discussão sobre a transmissão de julgamentos da corte, onde, a seu ver, "está a raiz do processo de autocorrosão do prestígio do Poder Judiciário".

O ministro aposentado ainda sugeriu que os relatores se limitem a decidir monocraticamente aqueles casos em que o atraso da decisão pode gerar uma lesão irreparável a um direito subjetivo (como liberdade, honra e vida). Nas demais situações, opinou Peluso, os ministros deveriam levar a questão imediatamente ao Plenário.

Clique [aqui](#) para assistir ao webinar.

Date Created

16/10/2020